



TERRITÓRIO USADO E RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO: UMA PROPOSTA DIDÁTICA SOBRE A GEOPOLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO¹

Carolina Machado Rocha Busch Pereira²

carolinamachado@uft.edu.br

Sonia Maria Vanzella Castellar³

smvc@usp.br

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com financiamento do CNPq, que investigou a articulação entre o conceito de “território usado” e a prática pedagógica no ensino de Geografia à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A proposta foi aplicada junto a estudantes dos cursos de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de refletir sobre possibilidades de intervenção didática no Ensino Médio, no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A atividade foi organizada a partir de uma situação geográfica de aprendizagem centrada nos conflitos geopolíticos do Oriente Médio, com ênfase no Estreito de Ormuz — território estratégico para o comércio internacional de petróleo e palco de disputas territoriais. A sequência didática foi organizada a partir da metodologia da sala de aula invertida, que consistiu na entrega de um material de referência para os estudantes das disciplinas de estágio supervisionado do curso de licenciatura em Geografia da USP e da UFT, visando ao desenvolvimento da competência específica 2 da BNCC e da habilidade EM13CHS204. Os estudantes

¹ Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Professora associada de Geografia da Universidade Federal do Tocantins desde 2005. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2000), mestre em Geografia pela UNESP Presidente Prudente (2004) e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Metodologias e Práticas de Ensino de Geografia (LEGEO) da Universidade Federal do Tocantins.

³ Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1984), mestrado em Didática pela Faculdade de Educação da USP (1990) e doutorado em Geografia pela USP (1996). Lidera o Grupo de Pesquisa GEPED – Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Práticas Interdisciplinares da Geografia na USP.

em estágio de formação de professores foram convidados a analisar os dados cartográficos (fluxos de navios, localização de portos, densidade demográfica), e os textos de referências sobre o congestionamento do Estreito de Ormuz, os riscos e as implicações do fechamento e bloqueio do Estreito no contexto da Guerra do Oriente Médio para refletir sobre os diferentes usos do território. Os estudantes, após analisarem os materiais, elaboraram propostas de aulas que tiveram como objetivo de aprendizagem mobilizar os princípios do raciocínio geográfico para compreender as dimensões geopolíticas envolvidas nos diferentes usos do território. As atividades foram recebidas com avaliações positivas pelos alunos e mostrou-se um recurso potente para fomentar uma leitura crítica do espaço contemporâneo, articular teoria e prática e enriquecer a formação docente em Geografia.

Palavras-chave: Raciocínio geográfico; formação de professores; ensino médio.

Introdução

Ao longo da trajetória da Geografia como ciência, o conceito de território foi historicamente associado à delimitação espacial vinculada ao poder político e à soberania estatal. Com o avanço das discussões epistemológicas e críticas, especialmente a partir das contribuições de Milton Santos (1997, 2000, 2002, 2009), essa concepção foi ampliada para a ideia de "território usado" — entendido como o espaço vivido, apropriado e constantemente ressignificado pelas relações entre objetos técnicos e ações humanas. Esse enfoque permite problematizar os usos e disputas do território por diferentes agentes sociais, revelando tensões, desigualdades e lógicas de organização espacial que estruturam a vida cotidiana.

No campo da educação geográfica, essa categoria teórica tem ganhado destaque, especialmente com sua incorporação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe uma abordagem pedagógica voltada ao desenvolvimento do raciocínio geográfico. Essa forma específica de pensamento busca articular conceitos espaciais, representações cartográficas, processos cognitivos e categorias geográficas para promover a leitura crítica do mundo. Ao tratar o território como espaço problematizável, o ensino da Geografia permite que os estudantes compreendam fenômenos como redes de poder, fluxos de mercadorias, circulação de pessoas e os impactos socioambientais da globalização.



Neste contexto, o estudo da Geografia Política no ensino médio assume papel estruturante na formação dos estudantes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ao explorar temas como soberania, conflitos territoriais, disputas energéticas e transformações espaciais, essa abordagem proporciona ferramentas analíticas que aprofundam a compreensão crítica das dinâmicas globais e locais. Assim, a Geografia escolar torna-se campo fundamental para a formação cidadã, fortalecendo a capacidade dos estudantes de interpretar, questionar e intervir de forma consciente na realidade que os cerca (Pereira & Castellar, 2024).

A partir dessas perspectivas teóricas e pedagógicas, este trabalho analisa o papel do conceito de território usado como mediador entre a teoria crítica da Geografia e a prática educativa no ensino médio. A investigação foi conduzida por meio do desenvolvimento e da aplicação de uma sequência didática baseada na situação geográfica do Estreito de Ormuz, articulando conhecimentos espaciais, geopolíticos e metodologias ativas. O estudo busca evidenciar como o território usado pode potencializar o raciocínio geográfico e contribuir para uma Geografia escolar mais reflexiva, significativa e comprometida com a formação de sujeitos críticos frente aos desafios do mundo contemporâneo.

Território usado e raciocínio geográfico: fundamentos epistemológicos para o ensino de Geografia

Milton Santos (2002, 2009) propõe o território usado como uma categoria central da Geografia crítica, que considera o espaço como resultado de relações entre objetos (infraestruturas, construções, elementos materiais) e ações (práticas sociais, relações econômicas e políticas). Esse espaço humano é marcado por interesses conflitantes e complementares que se manifestam na organização do território. A análise do território usado permite compreender não apenas a materialidade do espaço, mas as condições sociais, técnicas, econômicas e culturais que o conformam.



Na BNCC (Brasil, 2017), a categoria território usado é incorporada como elemento estruturante do raciocínio geográfico, estimulando os estudantes a compreenderem os usos do território em suas múltiplas escalas e temporalidades. Essa abordagem possibilita uma leitura crítica do espaço vivido, relacionando fenômenos locais a processos globais, como a globalização, a reestruturação produtiva e as desigualdades socioespaciais.

Ao ensinar Geografia, é fundamental explorar como o território é utilizado por diferentes agentes, desde grandes empresas até a sociedade civil, analisando as razões que levam certos espaços a serem escolhidos ou transformados. Isso contribui para que os estudantes desenvolvam um raciocínio geográfico crítico, entendendo as influências do poder econômico e social no território.

Segundo Santos (2008, p. 138) o “território são formas, mas o Território Usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. A ideia de território está intrinsecamente relacionada à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas.

O intuito de Santos (2009) em propor o espaço como objeto de estudo da Geografia e o território usado como sinônimo de espaço geográfico é que este é compreendido como base material e social de novas ações humanas, proposta totalizadora, que abarca a totalidade e não apenas uma parte do espaço. A riqueza da Geografia está centrada em poder analisar a um só tempo como as coisas acontecem no Espaço Geográfico e dar uma unicidade a ciência, pois as relações sociais influenciam no Território.

O conceito de Território Usado ajuda a pensar como as relações são estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (Santos, 2009), e esta relação deve ser construída a luz dos princípios geográficos do pensamento espacial.

Ao propor o espaço geográfico como sinônimo de território usado, Santos propõe que ele "seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do mundo presente, dominado pela globalização" (Santos, 2002, p. 252). A cada período da história, o espaço apresenta uma configuração ajustada à realidade de cada sociedade, marcada por técnicas,



objetos e ações. Essa dinâmica contínua evidencia a necessidade de compreender o espaço em sua totalidade e movimento.

X Encontro Nacional das Licenciaturas

IX Seminário Nacional do PIBID

Sendo o espaço geográfico objeto de estudo da Geografia (Santos, 2009), estudar o território usado, passa a ser de extrema importância, pois, através dessa categoria, é possível compreender a complexidade do mundo em movimento, e o ensino da Geografia precisa assegurar aos estudantes uma melhor compreensão do espaço geográfico em todas as suas dimensões e contradições.

O território conforme Santos (2002, 2014) é composto por objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A concepção de território está diretamente relacionada a ideia de poder, tanto ao poder público, estatal, como das grandes empresas que se apropriam das melhores porções do território para satisfazer interesses particulares.

Mas não é o território em si que importa, o que cabe aqui é entender como se dão os usos do território. Esse uso pode ser definido pela implantação de infraestruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade (Santos & Silveira, 2006).

Ao propor o espaço geográfico como sinônimo de território usado, Santos propõe que ele “seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do mundo presente, dominado pela globalização” (Santos, 2002, p. 252). Reforça-se assim a ideia de que materialidade e ações que devem ser pensadas em conjunto.

A cada período da história o espaço geográfico apresenta uma realidade material ajustada a realidade de cada sociedade, no início da história humana essa realidade era natural, ao inserir técnicas a esse trabalho humano, e essa configuração territorial, resultante de uma produção histórica que se modifica, e só é possível de análise a partir de seus usos, ou seja, a partir do Território Usado (Santos, 2002). O espaço é dinâmico, ou seja, suas formas e funções estão em constante transformação, a cada nova forma de se usar o território criam-se novas formas.

Na definição de Santos (2008), o espaço é um dado de definição da sociedade, quando se fala em sociedade, em geral, sem levar em consideração a forma como o Território é, corre-se o risco de não definir bem o que uma sociedade é. O espaço é definido por coisas materiais

que o formam, tudo que o homem acrescenta a natureza resulta do trabalho material histórico e da forma como isso é usado. O espaço não é dado unicamente pela configuração material, nem tão pouco pelo uso que lhe é conferido, mas ao conjunto das duas coisas, de objetos e ações (1994, 2009, 2014). É por isso que está sempre mudando paralelamente a sua definição (Santos, 2014). O espaço é constituído por fixos, fixados ao Território e o que resulta das relações sociais, de modo que, é esse conjunto que acaba tendo um papel na produção e na reprodução da própria vida social (Santos, 2014, 2017).

O entendimento e a relevância dessa categoria, no ensino de Geografia, podem ser pensados da seguinte maneira: compreendendo a importância de instigar os estudantes a refletirem sobre os usos do território a partir de uma questão problema, que é entender como determinada firma se estabelece em dado território, e quais são os fatores determinantes para ali se fixar. Cabe entender, principalmente, as peculiaridades de cada lugar, como mão de obra barata e matéria prima abundante. Pode-se, inclusive, fazer uma diferenciação entre essa e aquela empresa, entender por que é feito o uso de um determinado espaço e não de outro e quais os motivos que a levaram a escolher aquele lugar, pois uma grande empresa necessita da reorganização do território para ampliar seus lucros.

O congestionamento no estreito de Ormuz pode, também, ser um caminho para compreender o mundo a partir dos usos do território. Por que ocorre o congestionamento do Estreito de Ormuz? Pode ajudar a compreender a ordem de causalidades de ações, assim como perguntar: Onde fica o Estreito de Ormuz? Permite aos estudantes identificarem a localização do evento estudado. Quais países e empresas se beneficiam com a circulação e comércio do petróleo no Estreito de Ormuz? Permite estabelecer conexões e relações entre economias e políticas. Qual a importância do Estreito de Ormuz para o comércio mundial de petróleo? Aponta os arranjos políticos envolvidos no Estreito de Ormuz.

O raciocínio geográfico está amalgamado ao estatuto epistemológico da Geografia. Isso significa que a preocupação central está na maneira de ver e pensar a Geografia em distintos tempos e contextos (Castellar & Pereira, 2024). O estatuto epistemológico da Geografia foi sistematizado pelos autores clássicos das ciências geográficas presente na geografia escolar como uma forma específica de pensar a realidade: o raciocínio geográfico. Em outras palavras o sentido da educação geográfica tem sido uma maneira de organizar o pensamento que coloca em prioridade o desenho e o traçado, quando consideramos a localização das coisas, pessoas, eventos e fenômenos. Como afirma Gomes (2017, p 146) para



entender as coisas, o sistema locacional para explicar por que as coisas estão onde estão, e porque são diferentes quando aparecem em outras localizações. E este raciocínio geográfico é complexo e sofisticado.

Um raciocínio complexo do ponto de vista da geografia requer compreender as categorias e associá-las aos princípios (distribuição, extensão, distância, posição, arranjos, conexão, entre outros) e a linguagem cartográfica em todas as formas de representar (mapas, gráficos, tabelas, fotografias, pinturas, fotos aéreas). Neste sentido, a proposta curricular, BNCC, de Geografia para o ensino fundamental dos anos finais, estimula o raciocínio complexo, entendendo a organização e produção espacial a partir das situações do cotidiano por meio do ensino por investigação e resolução de problemas.

O território usado na educação geográfica

No campo da educação geográfica, o território usado permite aproximar o conteúdo curricular do cotidiano dos estudantes, promovendo um ensino mais contextualizado e reflexivo. Essa categoria favorece o desenvolvimento do **raciocínio geográfico**, pois exige que o aluno mobilize diferentes escalas, articule aspectos sociais, econômicos e ambientais, e reconheça as relações de poder presentes na organização do espaço.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao indicar que o ensino de Geografia deve contribuir para a leitura crítica do espaço vivido. A compreensão do território como espaço de conflitos, fluxos e transformações permite ao estudante identificar como os interesses econômicos, políticos e culturais se materializam em sua realidade local e global. Nesse sentido, a escola torna-se espaço fundamental para fomentar a cidadania e a atuação informada, considerando que o território é simultaneamente espaço de dominação e de possibilidade de resistência.

Além disso, o uso dessa categoria no processo de ensino-aprendizagem exige práticas pedagógicas que rompam com a fragmentação disciplinar e que valorizem o papel ativo dos sujeitos envolvidos. A Geografia escolar, ao incorporar o território usado como eixo



estruturante, fortalece a articulação entre teoria e prática e possibilita a construção de saberes significativos para os estudantes. × Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Assim, compreender o território usado como categoria geográfica e pedagógica é reconhecer que o espaço não é neutro, mas resultado de interesses e ações que se entrecruzam — e que cabe ao ensino de Geografia revelar, problematizar e ampliar essa compreensão. É nessa direção que se orienta este estudo, buscando aproximar os conceitos da Geografia crítica das práticas docentes cotidianas.

Caminhos da pesquisa

A pesquisa teve abordagem qualitativa e caráter aplicado, sendo desenvolvida no âmbito de um estágio de pós-doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com apoio do CNPq.

O estudo teve como objetivos: investigar como a categoria “território usado” aparece na BNCC, compreender suas potencialidades para o ensino de Geografia no ensino médio e propor uma abordagem didática ancorada nesse conceito.

A pergunta norteadora da pesquisa foi em que medida o território usado, enquanto categoria de análise da Geografia, pode auxiliar efetivamente a compreensão do porquê as coisas são como são e estão onde estão no ensino da Geografia na educação básica?

A metodologia foi estruturada em três etapas: (1) revisão teórica e análise documental da BNCC com foco na presença e implicações do conceito de território usado; (2) elaboração de uma sequência didática interdisciplinar, fundamentada na articulação entre o território usado e o raciocínio geográfico, a partir de uma situação geográfica concreta: o Estreito de Ormuz — ponto estratégico de circulação de petróleo e palco de conflitos geopolíticos globais; (3) aplicação da sequência com turmas de estudantes de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Universidade de São Paulo (USP), durante as aulas de estágio supervisionado. A sequência didática utilizou metodologias ativas como sala de aula invertida, análise de mapas, reportagens, vídeos e rodas de debate, e foi articulada à habilidade EM13CHS302 da BNCC, que propõe a análise de conflitos geopolíticos e



energéticos. O objetivo foi oferecer aos futuros professores uma vivência formativa e crítica do conceito, ao mesmo tempo em que se experimentava sua aplicação didática.

IX Seminário Nacional do PIBID

Contexto e participantes

A proposta foi aplicada em turmas de estágio supervisionado de licenciatura em Geografia da UFT e da USP.

Sequência didática (sala de aula invertida)

Estudo prévio dirigido (on-line): leitura de textos curtos (território usado; geopolítica do petróleo), visualização de mapas temáticos (fluxo de navios, portos, densidade demográfica) e roteiro de análise.

Aula 1 (presencial): retomada conceitual; localização e escala do Estreito de Ormuz; formulação de questões de investigação (“por que o gargalo logístico?”, “quem ganha/perde com o bloqueio?”).

Aula 2: análise de dados cartográficos e de notícias sobre congestionamentos/ameaças de bloqueio; discussão guiada por princípios do raciocínio geográfico (conexões, hierarquias, redes).

Aula 3: elaboração, em grupos, de planos de aula para o Ensino Médio, com objetivos, materiais, procedimentos e evidências de aprendizagem.

Devolutiva formativa: socialização e feedback com rubricas (domínio conceitual; mobilização de princípios; coerência BNCC; avaliação e inclusão).

BNCC – mapeamento

Competência específica 2 de Geografia no EM: analisar dinâmicas territoriais e seus impactos.

Habilidade EM13CHS302: analisar conflitos geopolíticos e energéticos em diferentes escalas, relacionando-os a processos econômicos e tensões territoriais.

Resultados e discussão

A análise da categoria território usado, proposta por Milton Santos, permitiu aos licenciandos compreender o espaço geográfico como uma totalidade dinâmica, construída a



partir das interações entre objetos técnicos e ações humanas, e permeada por interesses distintos, muitas vezes conflitantes. A escolha do Estreito de Ormuz como situação geográfica revelou-se especialmente pertinente para articular temas como energia, geopolítica, circulação global de mercadorias e localização estratégica, evidenciando a potencialidade pedagógica de trabalhar com territórios em disputa.

A sequência didática baseada nessa situação promoveu uma abordagem investigativa, permitindo aos estudantes mobilizarem conhecimentos espaciais em diferentes escalas, analisar as lógicas que orientam o uso do território e desenvolver raciocínio geográfico crítico, conforme preconizado pela BNCC.

Ao problematizar o congestionamento no Estreito de Ormuz, os licenciandos foram desafiados a construir argumentos sobre os interesses geoeconômicos em jogo, as decisões territoriais de empresas e Estados, e os impactos sociais e ambientais que decorrem dessa configuração espacial.

Como aponta Santos (2000), o território usado é o espaço apropriado e vivido, resultado histórico das práticas sociais. Essa abordagem rompe com visões estáticas do território e reconhece sua constante ressignificação pelas ações humanas. Os licenciandos demonstraram avanços significativos na capacidade de identificar conexões entre os diferentes elementos que compõem o espaço geográfico, interpretar sua lógica de organização e compreender os vínculos entre técnica, política e economia na configuração dos territórios contemporâneos.

A fluidez imposta pela globalização — seja no plano informacional, produtivo ou normativo — foi compreendida pelos estudantes como elemento estruturante da reorganização territorial. Eles puderam refletir sobre fatores que condicionam a escolha de determinados espaços por grandes empresas, como infraestrutura, localização, disponibilidade de recursos e relações de poder, ampliando sua leitura sobre os usos estratégicos do território.

Além de fortalecer a compreensão conceitual do território e sua dimensão política, a proposta de ensino contribuiu para a valorização do papel social da Geografia escolar,



promovendo o desenvolvimento de competências críticas nos futuros professores. A articulação entre teoria geográfica, categorias analíticas e metodologias ativas, permitiu que os licenciandos interpretassem o espaço como produto histórico e social — e, sobretudo, como campo de disputa, transformação e possibilidade de intervenção.

A sequência favoreceu:

Integração teoria-prática: licenciandos aplicaram território usado para explicar o papel de infraestruturas, normas e empresas na produção do espaço, evitando visões “fixistas”.

Mobilização do raciocínio geográfico: evidências nos planos de aula mostraram uso consistente de localização, conexão, escala e hierarquia para explicar o gargalo logístico do Estreito e seus efeitos no comércio de petróleo.

Leitura crítica do espaço: análises destacaram interesses geoconômicos de Estados e corporações, riscos socioambientais e dependências das cadeias energéticas.

Planejamento didático alinhado à BNCC: objetivos, atividades e instrumentos avaliativos foram coerentes com EM13CHS302; emergiram propostas de avaliação por desempenho (argumentos, mapas anotados, infográficos).

Desafios: (i) equilibrar a atualidade do tema com pluralidade de fontes; (ii) tratar a conjuntura do Oriente Médio sem reduzir a complexidades históricas e culturais; (iii) ampliar atividades de letramento cartográfico para além de mapas prontos (ex.: esboços e croquis dos estudantes).

Em síntese, os resultados da experiência reforçam que o uso de situações geográficas concretas, combinadas com o conceito de território usado, potencializa a educação geográfica e favorece a formação de professores comprometidos com práticas reflexivas, contextualizadas e voltadas à leitura crítica do mundo vivido.

Considerações finais

A incorporação da categoria território usado à educação geográfica representa um avanço conceitual e metodológico significativo, capaz de ampliar as possibilidades formativas dos estudantes e fortalecer a Geografia como campo de saber voltado à leitura crítica das



contradições do mundo contemporâneo. Os resultados da experiência descrita neste estudo revelam que é possível construir práticas pedagógicas alinhadas aos fundamentos da Geografia crítica, que articulam categorias teóricas, situações geográficas concretas e metodologias ativas voltadas à problematização da realidade.

A inserção desse conceito no currículo oficial, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), configura uma oportunidade estratégica para ressignificar o ensino da Geografia. No entanto, sua efetiva apropriação exige mais do que normatização: requer formação docente consistente, repertório teórico sólido e experiências formativas que mobilizem o raciocínio geográfico e promovam o engajamento crítico com o espaço vivido. Estudar os usos do território é, em essência, decifrar os sentidos atribuídos ao espaço por diferentes agentes, reconhecendo as disputas, os arranjos e os interesses que o estruturam.

A experiência com a sequência didática mostrou que, quando o ensino é orientado por categorias como o território usado, o espaço deixa de ser mero cenário e passa a ser objeto de análise política, técnica e econômica, aproximando a Geografia escolar da realidade dos estudantes. Essa abordagem promove o desenvolvimento da autonomia intelectual e estimula os futuros professores a reconhecerem o papel social da disciplina na formação cidadã.

Assim, a valorização da categoria território usado na BNCC e em propostas formativas como esta contribui decisivamente para uma educação geográfica comprometida com o pensamento espacial, com a interpretação crítica das dinâmicas territoriais e com a formação de sujeitos capazes de questionar e intervir no mundo que habitam. A Geografia escolar, nesse sentido, se reafirma como espaço de produção de sentido, de leitura política do território e de construção de conhecimento poderoso para uma sociedade democrática.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017.



CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Geografia como conhecimento poderoso ~~no currículo brasileiro~~ e os fundamentos do raciocínio geográfico. In COSTA, C. R. R.; ARAUJO, M. R.; OLIVEIRA, E. C. (Orgs.) Currículo e ensino de Geografia: métodos, conceitos e metodologias na prática de ensino. Teresina: EdUESPI, 2024. (p. 65-88)

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros Geográficos**: Uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand, 2017.

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Fundamentos do raciocínio geográfico e educação geográfica brasileira. **Revista Brasileira De Educação Em Geografia**, 14(24), 2024, p. 05–30.

<https://doi.org/10.46789/edugeo.v14i24.1478> Acesso em 15 de maio de 2025

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Mílton. O retorno do território. In Território: globalização e fragmentação.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. (org.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de de; SILVEIRA, Maria Laura. (org.) Território: globalização e fragmentação. Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008.